



CONGRESSO

TOC contra mais austeridade

CRISE TSU, alteração nos escalões do IRS e prolongamento do programa de ajustamento foram debatidos pelos congressistas

O IV Congresso dos Técnicos Oficiais de Contas (TOC), que decorreu esta sexta e sábado no Pavilhão Atlântico em Lisboa, não foi apenas um congresso, foi um momento político. Do bastonário dos TOC, Domingues Azevedo, ao presidente do Tribunal de Contas, Guilherme d'Oliveira Martins, a chuva de críticas às últimas medidas de austeridade anunciadas pelo Governo não deixaram de se ouvir.

Ontem, no dia de encerramento, perante mais de quatro mil TOC, Domingues Azevedo voltou à carga para pedir ao Governo mais transparência nas medidas que estão a ser tomadas. "Temos o direito de saber o que estamos a pagar e porque estamos a pagar." O bastonário alertou, ainda, que é necessária uma mudança de rumo no que se refere à Administração Pública, já que a sua desorganização "nunca beneficiará os interesses dos cidadãos". No dia anterior, Domingues Azevedo tinha deixado duras críticas à baixa da taxa social única, às alterações nos escalões do IRS, pedindo uma maior tributação sobre os rendimentos sobre o capital. "Não continuem a tapar os olhos dos contribuintes."

Também o presidente do Tribunal de Contas saiu da sua posição institucional para dizer que "a economia faz-se para as pessoas e não o contrário", referindo que "é preciso acabar com

a ilusão contabilística que nos levou à crise financeira". Apesar disso, Oliveira Martins defendeu que neste momento é necessário um "reforço" do consenso político subjacente ao memorando de entendimento e considerou "fundamental" o cumprimento do acordo "nos exatos termos" em que foi assumido. O presidente do Tribunal de Contas considerou ainda "adequado" o adiamento por um ano do prazo para cumprimento do défice, para 2,5 por cento em 2014,

anunciado na semana passada pelo ministro das Finanças, durante a apresentação das conclusões da *troika* à quinta avaliação do programa de ajustamento.

Um dia antes, o economista João Salgueiro apontou em sentido contrário, manifestando-se "desiludido" com a decisão do prolongamento do prazo. Já o ex-presidente da Assembleia da República António de Almeida Santos disse preferir "um mau Orçamento do que um não Orçamento", alertando que as dificuldades financeiras do País não são compatíveis com uma governação por duodécimos. Para Almeida Santos, não haver Orçamento do Estado seria "a bancarrota" para o País. O histórico socialista não deixou também de apontar culpas ao Governo pela situação a que o País chegou. "O Governo quis fazer de menino bonito, mas de meninos bonitos está o inferno cheio."

Manuel dos Santos, presidente da mesa da Assembleia Geral dos TOC, considerou que "o País para além de estar a atravessar uma grave crise financeira encontra-se na iminência de uma crise política e financeira. O que pode ser desastroso". Manuel dos Santos disse que "o que nos está a acontecer só a psiquiatria é que poderá explicar".

O Congresso dos TOC contou este ano com menos mil participantes. O bastonário apontou como causa explicativa a fase que o País está a atravessar. Domingues Azevedo disse que os próximos tempos serão difíceis e que os portugueses precisam da máxima competência dos TOC.

RICARDO BARROS

PROJETO

TOC apostam na Lusofonia

› Uma das ideias-chave que saíram, ontem, do IV Congresso dos Técnicos Oficiais de Contas foi a necessidade de uma maior colaboração entre os países que compõem a CPLP, numa clara aposta na lusofonia. O bastonário, Domingues Azevedo, lembrou que "é necessário um maior aprofundamento das relações com os países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa [CPLP]". Domingues Azevedo anunciou que estão a ser planeados projetos nesse sentido, nomeadamente cursos de formação à distância. José Luís Neto, representante de Angola, disse que o país está disposto a receber técnicos oficiais de contas de outras nacionalidades desde que isso seja recíproco.